

AVISO N.º A21/17 – SM6.4

MEDIDA 19 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC) LEADER
SUBMEDIDA 19.2 – APOIO À REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)
INTERVENÇÃO 6.4 – INVESTIMENTOS NA CRIAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS
PORTARIA Nº 10/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA ADELIACOR

Torna-se público que se encontra aberto o período de apresentação de projetos de investimento à Medida 19 – Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER, Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito das estratégias de desenvolvimento local (EDL), intervenção 6.4 – Investimentos na criação e desenvolvimento de atividades não agrícolas, do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL⁺).

1. Objetivos

Os apoios objeto do presente aviso enquadram-se nos seguintes objetivos:

- Fomentar o turismo responsável, sustentável, inclusivo e acessível, através do aumento da quantidade, qualidade e diversidade da oferta turística no território;
- Diversificar para atividades não agrícolas, maximizando o potencial associado à agricultura e à utilização dos recursos associados às explorações agrícolas;
- Contribuir para a eficiência no sector da transformação e comercialização, através de melhores condições de laboração, promoção e comercialização dos produtos e a criação de pequenas unidades de transformação e comercialização.
- Capacitar os agentes económicos, para a qualificação e conhecimento das micro e pequenas empresas;
- Promover novos produtos, serviços e conhecimentos especializados enquanto critério diferenciador, privilegiando aquelas que promovam uma maior especialização, inovação e diferenciação dos produtos e serviços a oferecer;
- Privilegiar produtos, processos e práticas que aportem uma clara preocupação com a inovação no fornecimento de bens e serviços.

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

2. Prioridade

- a) Conformidade com EDL;
- b) Criação de produtos e serviços inovadores;
- c) Criação de emprego;
- d) Promoção da competitividade e diversificação de oferta;
- e) Recuperação/modernização/refuncionalização de estruturas já existentes;
- f) Impacto ambiental positivo.

3. Área geográfica

Todo o Território de Intervenção da ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, que abrange as ilhas São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, da Região Autónoma dos Açores.

4. Natureza dos beneficiários

- a) Agricultores ou membros do agregado familiar do agricultor;
- b) Pessoa singular ou coletiva de direito privado, que tenha enquadramento no conceito de micro ou pequena empresa;

Não podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção as empresas de capitais públicos e os profissionais da pesca.

5. Tipologia dos projetos de investimento

Os projetos de investimento a apoiar devem apresentar um investimento total, com um mínimo de €2.500,00 e máximo de €150.000,00, quando não está prevista a criação de postos de trabalho ou €200.000,00, quando está prevista a criação de um ou mais postos de trabalho, e ser enquadrados numa das seguintes classificações de atividade económica (CAE):

Agricultor ou membro do agregado familiar do agricultor nas explorações agrícolas:

- Empreendimentos turísticos:

5511 - Estabelecimentos hoteleiros com restaurante

5512 – Estabelecimentos hoteleiros sem restaurante

5520 – Residências para férias e outros alojamentos de curta duração

5530 - Parques de campismo e caravanismo

- Serviços de recreação e lazer:

91042 - Atividades dos parques e reservas naturais

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

93293 - Organização de atividades de animação turística

93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.

- Outras, nomeadamente:

10 - Indústrias alimentares

11 – Indústria de bebidas

13- Fabricação e Têxteis

14- Indústria de vestuário

15 – Indústria do couro e dos produtos do couro

16- Indústria da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras e cestaria e espartaria

017 – Caça, repovoamento cinegético e atividades dos serviços relacionados

17 – Fabricação de pasta de papel, cartão e seus artigos

471 – Comercio a retalho em estabelecimento não especializado

472 - Comercio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, em estabelecimento especializado

477 - Comercio a retalho de outros produtos, em estabelecimento especializado

478 - Comercio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda

479 - Comercio a retalho não efetuado em estabelecimentos, bancas, feiras e unidades móveis de venda

56 – Restauração e similares à exceção do grupo 563

813 - Atividades de plantação e manutenção de Jardins

82990 – Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas, n. e.

Micro e Pequenas empresas:

Todas as atividades económicas, exceto as que se inserem nas CAE 1020; 031; 032; 563; 77310 e 92000.

Na transformação de produtos agrícolas do anexo I do Tratado que institui a Comunidade Europeia, só são elegíveis as seguintes CAE:

10110 – Abate de Gado (Produção de Carne)

10120 – Abate de Aves

10130 - Fabricação de Produtos à base de carne

10310 – Preparação e Conservação de batatas

10320 – Fabricação de sumos de fruta e produtos hortícolas (1)

10391 – Congelação de frutos e produtos hortícolas

10392 – Secagem e desidratação de frutos e produtos hortícolas

10393 - Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada

10394 – Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis

10395 – Preparação e conservação de frutas e produtos hortícolas por outros processos

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

10510 – Indústrias do leite e derivados
 10810 – Indústria de açúcar
 10822 – Fabricação de produtos de confeitaria (2)
 10840 – Fabricação de condimentos e temperos (3)
 10893 – Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n.e. (4)
 11021 – Produção de vinhos comuns e licorosos
 11022 - Produção de vinhos espumantes e espumosos
 11030 – Fabricação de cidra e de outras bebidas fermentadas de frutos
 11040 – Fabricação de vermouths e de outras bebidas fermentadas não destiladas

(1) Apenas a 1.ª Transformação (polpas ou polmes, concentrados e sumos naturais obtidos diretamente da fruta e produtos hortícolas) ou transformações ulteriores quando integradas na 1.ª transformação.

(2) Apenas a 1.ª Transformação de frutos em frutos confinados (caldeados ou cristalizados ou resultantes de transformação ulteriores quando integrados com a 1.ª transformação.

(3) Apenas vinagres de origem vínica quando integrados com a 1.ª transformação

(4) Só o tratamento, liofilização e conservação de ovos e ovoprodutos

- Empreendimentos turísticos:

5511 - Estabelecimentos hoteleiros com restaurante

5512 – Estabelecimentos hoteleiros sem restaurante

5520 – Residências para férias e outros alojamentos de curta duração

5530 - Parques de campismo e caravanismo

- Serviços de recreação e lazer; centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística, e criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a atividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde, cultural:

91042 - Atividades dos parques e reservas naturais

93293 - Organização de atividades de animação turística

93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.

6. Dotação Orçamental

A dotação orçamental para o presente aviso é de € 425.412,59 de Despesa Pública (contribuição FEADER e contribuição ORAA).

7. Número máximo de projetos de investimento admitidos por beneficiário

É permitida a apresentação de 2 projetos de investimento por beneficiário.

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

8. Despesas elegíveis

- Construção e melhoramento de edifícios e outras construções à exceção dos projetos ligados ao turismo rural em que só são elegíveis obras de reconstrução e beneficiação

- Equipamento produtivo

- Equipamento não produtivo

- Aquisição de viaturas, quando justificadas pela natureza da operação, sendo o montante máximo elegível de €35.000,00. Não é elegível a aquisição de viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares.

Em derrogação, pode ser considerada elegível a aquisição de até 3 viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares, desde que devidamente fundamentado em necessidades de mercado e digam respeito a operações com carácter inovador, desde que imprescindível à implementação da atividade proposta e sujeito a investimento total elegível de €70.000,00 e um investimento máximo elegível de €35.000,00 por cada viatura.

- Equipamento administrativo

- Ferramentas e utensílios (desde que não seja considerado material de desgaste rápido)

- Equipamentos informáticos, hardware e software

- Equipamento áudio e visual

- Material didático (desde que não seja considerado material de desgaste rápido)

- Outros equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta

- As despesas com a criação de imagens de marca, elementos de design e produção de meios de divulgação e comunicação estão limitadas a 20% do investimento total, até ao limite de € 7.500,00

- As despesas com a promoção das atividades apoiadas, estão limitadas a 20% do investimento total, até ao limite de €15.000,00

- A constituição da empresa e respetivos registos legais, tem um limite de 5% do investimento total

- A produção de sinalética está limitada a 20% do investimento total

- Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total, sendo que cada despesa per si não pode ultrapassar €3.000,00

- Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção e divulgação de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados até €7.500,00

- Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia

- Aquisição de serviços de sistemas de certificação da qualidade, até €7.500,00

- Aquisição efetuada por meio de locação financeira, desde que seja exercida a opção de compra e a duração deste contrato seja compatível com o prazo para apresentação do pedido de pagamento da última parcela do apoio.

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

9. Despesas não elegíveis

- Aquisição de imóveis
- Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões
- Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações
- Constituição de garantias
- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
- Bens em estado de uso
- Juros da dívida
- Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro
- Consumíveis

10. Forma, taxa e limites dos apoios

Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional.

A taxa de apoio é de 50% quando não está previsto a criação de postos de trabalho e de 70% quando está previsto a criação de um ou mais postos de trabalho, a tempo inteiro, devidamente comprovado.

A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado, sobre o Funcionamento da União Europeia, aos Auxílios de Minimis.

11. Critérios de seleção

Para a avaliação dos pedidos de apoio foi definido um procedimento de análise consubstanciado na seguinte equação:

$$PF = 0,40A + 0,40B + 0,20C$$

Em que:

PF – Pontuação Final

Componentes:

A – Nível de Adequação à EDL

B – Análise Técnica

C – Análise Social/Cultural

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

Os pedidos de apoio serão avaliados tendo por base três componentes, a saber: Nível de Adequação à EDL, Análise Técnica e Análise Social/Cultural.

Cada componente contribui para a Pontuação Final do projeto de acordo com a ponderação definida na equação supra apresentada. A Pontuação Final máxima é 100. A pontuação mínima passível de ser atribuída para efeitos de integrar a lista de eventuais aprovações é 50.

Serão avaliadas as componentes que determinam a Pontuação Final do projeto, sendo que, a cada intervenção, são aplicados Critérios de Seleção, no âmbito dos quais estão definidos vetores específicos, cuja ponderação influi na pontuação das várias componentes, determinando assim, a Pontuação Final. Em alguns casos, os vetores previstos para cada Critério de Seleção são cumulativos.

Em caso de empate entre os valores absolutos da pontuação final, dos pedidos de apoio, rececionados ao abrigo do presente concurso, será utilizado um procedimento de valores relativos para efeitos de desempate.

Assim, será considerado para efeitos de desempate, o primeiro, segundo e terceiro critérios de seleção, de maior contributo ponderado, para a pontuação final em ordem decrescente.

Não será tido em conta, para efeitos de desempate, o critério de seleção denominado “Contributo do Projeto para a EDL”.

Componente A – Nível de Adequação à EDL

1. Contributo do Projeto para a EDL – 40 pontos

Será avaliado o contributo do projeto para alcançar os objetivos operacionais definidos na EDL, específicos e transversais.

Vetores	Ponderação
▪ 0 Objetivos	▪ 0%
▪ 1 ou mais objetivos	▪ 100%

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

2. Falhas de Mercado – 40 pontos

Será avaliada a existência de mercado disponível para bens e serviços, idênticos ou semelhantes àqueles resultantes do investimento proposto, numa perspetiva da oferta existente localmente, por ilha, de forma a aferir da manifesta carência dessa atividade no mercado de implantação. Pretende-se evitar a deslocação.

Vetores	Ponderação
▪ 3 ou mais empresas locais	▪ 0%
▪ 2 empresas locais	▪ 50%
▪ 1 Empresa local	▪ 75%
▪ 0 Empresas locais	▪ 100%

3. Complementaridade de Intervenções – 20 pontos

Será avaliada a interligação entre intervenções em busca de resultados comuns, numa perspetiva integrada das intervenções a apoiar.

Vetores	Ponderação
▪ Sem Articulação	▪ 0%
▪ Articulação entre setores de Atividade ou entre Projetos	▪ 50%
▪ Articulação do Património Natural, Cultural e Edificado com fins turísticos	▪ 50%

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

Componente B – Análise Técnica

1. Tipologia de Projeto – 20 pontos

A tipologia do projeto poderá prever uma de diversas situações em termos de infraestrutura de apoio ao exercício da atividade objeto de candidatura.

Vetores	Ponderação
▪ Conservação/Manutenção	▪ 0%
▪ Construção de raiz	▪ 30%
▪ Refuncionalização/Recuperação /Modernização	▪ 100%

2. Diferenciação da oferta de produtos e serviços – 20 pontos

A avaliação da oferta de produtos e serviços será efetuada pela análise da sua capacidade de diferenciação no contexto local, de modo a aferir se é:

Vetores	Ponderação
▪ Sem diferenciação	▪ 0%
▪ Associado a fatores distintivos/tradicionais locais	▪ 30%
▪ Responsável e sustentável	▪ 35%
▪ Inclusivo e acessível	▪ 35%

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

3. Competitividade – 20 pontos

O projeto será valorizado consoante o seu perfil competitivo no mercado de implantação.

Vetores	Ponderação
▪ Sem fatores competitivos	▪ 0%
▪ Implementação de sistema de certificação da qualidade (caderno de especificações ou ISO)	▪ 10%
▪ Oferta de produtos/serviços diferenciadores no local	▪ 40%
▪ Capacidade de oferta face à procura no seu segmento	▪ 50%

4. Ambiente – 3R's: reduzir, reutilizar, reciclar – 20 pontos

Serão valorizados os projetos que tenham impacto, na proteção do meio ambiente.

Vetores	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Utilização materiais amigos do ambiente	▪ 50%
▪ Condições para boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização embalagens devolvidas, etc	▪ 50%

5. Capacitação de Agentes Económicos – 10 pontos

Será tida em consideração a qualificação do promotor na área do investimento proposto, através da avaliação das habilitações e experiência profissional.

Vetores	Ponderação
▪ Sem formação complementar/ experiência profissional	▪ 0%
▪ Formação complementar	▪ 50%
▪ Experiência Profissional na Área de Investimento	▪ 50%

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

6. Inovação do projeto – 3 P's: produtos, processos e práticas – 10 pontos

A avaliação do carácter inovador do projeto será efetuada mediante o número de vetores abordados no projeto, de entre os seguintes:

- Diferenciação e especialização de produtos, serviços ou processos
- Marketing e promoção dos produtos/serviços
- Diferenciação na utilização do património edificado, cultural e natural
- Investimento em energias alternativas

Vetores	Ponderação
▪ Sem inovação	▪ 0%
▪ 1 ou mais vetores	▪ 100%

Componente C – Análise Social/Cultural

1. Criação de Emprego – 50 pontos

O projeto será valorizado consoante a criação de postos de trabalho, a tempo inteiro, por um período mínimo de 3 anos. Entende-se por posto de trabalho a existência de relação laboral entre um trabalhador e a empresa objeto do apoio.

Vetores	Ponderação
▪ Sem criação de postos trabalho	▪ 0%
▪ Criação 1 posto trabalho	▪ 50%
▪ Criação 2 ou mais postos trabalho	▪ 100%

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

2. Contributo Cultural – 30 pontos

Será valorizado o contributo do projeto para a preservação e divulgação da Cultura local.

Vetores	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Interligação da cultura local: artesanato, gastronomia e produtos locais, folclore, tradições, património edificado rural	▪ 100%

3. Economia Social – 20 pontos

Será avaliado o contributo do projeto para a economia social.

Vetores	Ponderação
▪ Sem ligação à economia social	▪ 0%
▪ Com ligação à economia social	▪ 100%

Critérios de Desempate

Será avaliado o contributo da pontuação dos seguintes critérios na determinação da pontuação final obtida, por ordem decrescente.

Prioridade Desempate	Critérios de Seleção
Primeiro	▪ Falhas de mercado
Segundo	▪ Criação de emprego
Terceiro	▪ Competitividade

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

12. Prazo para apresentação dos pedidos de apoio

A apresentação dos pedidos de apoio decorre entre 01 de março de 2017 e 28 de abril de 2017.

13. Procedimentos para a apresentação dos pedidos de apoio

A apresentação dos pedidos de apoio é efetuada por via eletrónica, no portal GestPDR, em <http://proruralmais.azores.gov.pt>. Para a sua formalização, é obrigatório o preenchimento completo do formulário de candidatura disponível, acompanhado pelos documentos obrigatórios. A apresentação de pedidos de apoio no portal GestPDR pressupõe previamente:

- Identificação do Beneficiário (IB) do IFAP – os beneficiários deverão formalizar a sua identificação perante o IFAP, autoridade de pagamento, para poderem receber apoios financeiros.
- Registo no portal informático GestPDR para apresentação e submissão de pedidos de apoio.

14. Documentos a apresentar no pedido de apoio

Aquando da submissão eletrónica do pedido de apoio, deverão ser anexados, no sistema, todos os documentos que integram e comprovam as informações prestadas, nomeadamente:

14.1. Formulário de Candidatura

14.2. Documentos necessários à comprovação do cumprimento das condições de admissibilidade do beneficiário:

Agricultores ou membros do agregado familiar do agricultor para o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração agrícola

a) Estarem legalmente constituídos, quando se trate de pessoas coletivas. Estas devem ter sede na exploração agrícola e os sócios gerentes, detentores da maioria do capital, devem preencher as condições exigidas para os beneficiários em nome individual;

b) Possuírem capacidade profissional adequada à atividade a desenvolver, atestada no mínimo, pela escolaridade obrigatória;

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

- c) Serem titulares de uma exploração agrícola ou, caso sejam membros do agregado familiar do titular, estarem legalmente autorizados a utilizar os meios de produção da exploração agrícola durante um período de cinco anos a contar da data da liquidação do último pedido de pagamento;
- d) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- e) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- f) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- g) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- h) Demonstrarem possuir uma situação económica e financeira equilibrada, apresentando um rácio de autonomia financeira (capitais próprios/ativos) pré e pós projeto, igual ou superior a 15% e/ou uma cobertura do ativo não corrente por capitais permanentes (CA) pré e pós projeto igual ou superior a 100%, devendo os indicadores pré projeto ter por base o exercício anterior ao ano da apresentação do pedido de apoio;
- i) O disposto no ponto anterior não se aplica na situação pré projeto, aos beneficiários que, até à apresentação do pedido de apoio, não tenham desenvolvido qualquer atividade bem como aos empresários em nome individual sem contabilidade organizada, caso em que se considera que possuem uma situação financeira equilibrada, desde que suportem com capitais próprios, pelo menos 15% do custo total do investimento. Esta condição é verificada no último pedido de pagamento;
- j) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- k) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- l) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P.;
- m) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

n) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

Micro e Pequenas Empresas

Este enquadramento implica a determinação das condições relativas à qualidade de PME, nos termos da Recomendação 2003/361/CE da Comissão, tal como publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 124, de 20 de Maio de 2003, p. 36.

Deverá ser preenchido com informação integral e verdadeira o respetivo quadro no formulário de projeto de investimento, com respeito às empresas participadas e participantes, e aferida a categoria da empresa nos termos da mencionada recomendação, devendo o beneficiário manter os elementos fiscais de suporte disponíveis para consulta das entidades intervenientes.

A prestação de informações incompletas ou falsas constitui motivo suficiente para a reapreciação, rejeição ou cancelamento do apoio em qualquer fase da execução da operação com as respetivas consequências financeiras.

Não podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção as empresas de capitais públicos e os profissionais da pesca.

O cumprimento das condições de admissibilidade do beneficiário, é exigido nos seguintes termos:

- a) Deverá ser apresentado o certificado de PME emitido pelo IAPMEI que comprova que a empresa tem a sua categoria certificada.
- b) Estarem legalmente constituídas;
- c) Possuírem capacidade profissional adequada à atividade a desenvolver, atestada no mínimo, pela escolaridade obrigatória;
- d) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data da submissão do termo de aceitação;

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

- e) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- f) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- g) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- h) Demonstrarem possuir uma situação económica e financeira equilibrada, apresentando um rácio de autonomia financeira (capitais próprios/ativos) pré e pós projeto, igual ou superior a 15% e/ou uma cobertura do ativo não corrente por capitais permanentes (CA) pré e pós projeto igual ou superior a 100%, devendo os indicadores pré projeto ter por base o exercício anterior ao ano da apresentação do pedido de apoio;
- i) O disposto no ponto anterior não se aplica na situação pré projeto, aos beneficiários que, até à apresentação do pedido de apoio, não tenham desenvolvido qualquer atividade, bem como os empresários em nome individual sem contabilidade organizada, caso em que se considera que possuem uma situação financeira equilibrada, desde que suportem com capitais próprios, pelo menos 15% do custo total do investimento. Esta condição é verificada no último pedido de pagamento;
- j) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- k) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- l) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P.;
- m) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- n) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

14.3. Documentos necessários à comprovação do cumprimento das condições gerais de elegibilidade do pedido de apoio:

Podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção, os pedidos que reúnam as seguintes condições:

- a) Estarem previstas na intervenção e na tipologia de operações a que se candidatam;
- b) Terem início após a data de apresentação do pedido de apoio;
- c) Apresentarem um investimento total igual ou superior a € 2.500,00 e igual ou inferior a €150.000,00, no caso da não criação de postos de trabalho e €200.000,00, no caso da criação de um ou mais postos de trabalho;
- d) Apresentarem despesas elegíveis em conformidade com os pontos 8 e 9, do presente aviso.
- e) Enquadrarem-se nos CAE's previstos no ponto 5 do presente aviso.
- f) Produzirem bens e serviços transacionáveis, de natureza não agrícola;
- g) Cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias ao arranque da operação. Estes podem ser comprovados aquando da submissão do termo de aceitação ou, se a sua apresentação não condicionar a submissão do termo, a prova da sua obtenção pode ser apresentada até à entrega do primeiro pedido de pagamento;
- h) Disporem dos pareceres exigíveis de acordo com a tipologia do pedido de apoio, quando aplicável;
- i) Apresentarem no mínimo, 3 orçamentos ou proformas, de empresas habilitadas em termos de CAE e licenciadas para os investimentos propostos, com discriminação dos bens e/ou serviços, áreas, quantidades, preços unitários e IVA aplicável;
- j) Demonstrarem sustentabilidade e viabilidade económica e financeira, sendo a mesma aferida da seguinte forma:
 - a. Pelo valor atualizado líquido, tendo a atualização como referência a taxa de financiamento (REFI) do Banco Central Europeu, em vigor à data da apresentação do pedido de apoio;

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
*A Europa investe nas zonas
rurais*

- b. Seja financeiramente viável e sustentável, apresentando um indicador de Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) de valor igual ou superior à taxa de refinanciamento (REFI) do Banco Central Europeu, em vigor à data de apresentação do projeto de investimento, acrescido de um spread de 2%;

15. Pareceres de entidades externas e das entidades que intervêm no processo de decisão

Os projetos devem ser acompanhados de parecer favorável vinculativo da entidade governamental responsável, para efeitos de cumprimento de requisitos legais, quando aplicável.

16. Contactos onde podem ser obtidas informações adicionais

Podem ser obtidas informações adicionais através dos seguintes contatos:

ADELIACOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores

Rua do Pasteleiro, s/n – Angústias

9900-069 Horta

Faial – Açores

T. 292 200 360/1/2/3

TM 913397808/913397853/910516596

adeliacor@sapo.pt

www.adeliacor.org

17. Meios de divulgação

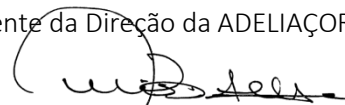
Serão publicados anúncios de divulgação e do Aviso de Abertura, em toda a imprensa escrita da Zona de Intervenção, bem como na página eletrónica da ADELIACOR www.adeliacor.org e na página eletrónica do PRORURAL+.

18. Processo de divulgação dos resultados

A decisão sobre os pedidos de apoio apresentados será divulgada na página eletrónica do PRORURAL+, em <http://proruralmais.azores.gov.pt>.

Horta, de 17 de fevereiro de 2017

O Presidente da Direção da ADELIACOR



O Primeiro Secretário da Direção da ADELIACOR



Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas zonas
rurais